

Turismo de segunda residência em Lagoa Nova-RN: conforto climático como recurso para o vilegiaturismo no semiárido brasileiro

Second home tourism in Lagoa Nova-RN: climate comfort as a resource for recreation in the Brazilian semi-arid region

Francisco Ronnieplex de Moura CRUZ¹, Rebecca Luna LUCENA^{1*},
Thiago Adriano MACHADO¹, Mabel Simone de Araújo Bezerra
GUARDIA¹

Artigo recebido em
19 de fevereiro de 2025

Versão final aceita em
22 de julho de 2025

Publicado em
26 de junho de 2026

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil.

* E-mail de contato:
rebeccaosvaldo@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo principal dessa pesquisa foi realizar um estudo do papel dos recursos de amenidade tempo-clima no município de Lagoa Nova-RN, município localizado em área serrana do semiárido brasileiro. Para tanto, foram adotados como procedimentos metodológicos a revisão da literatura, análise de dados secundários (evolução dos domicílios particulares de uso ocasional), coleta de dados meteorológicos, análise documental dos inventários turísticos do município e entrevista com agentes públicos municipais. Os resultados apontaram para uma conversão do clima serrano em recurso promotor da atividade turística e imobiliária nos últimos vinte anos. Ocorreu, portanto, uma sensível aceleração da expansão imobiliária sobre a zona rural nos últimos quatorze anos, resultando em uma gentrificação do espaço rural. Também foi observada a necessidade de incremento dos mecanismos de planejamento e ampliação da infraestrutura física e social para alinhar a atividade turística aos objetivos de desenvolvimento regional e mitigação das mudanças climáticas.

Palavras-chave: climas de altitude; amenidade climática; potencial turístico; Serra de Santana; Rio Grande do Norte.

Abstract: The main objective of this research was to study the role of weather-climate amenity resources in the municipality of Lagoa Nova-RN, located in a mountainous area of the Brazilian semi-arid region. To this end, the methodological procedures adopted were a literature review, secondary data analysis (evolution of private households with occasional use), meteorological data collection, documentary analysis of the municipality's tourism inventories and interviews with municipal public officials. The results point to a conversion of the mountain climate into a resource that promotes tourism and property activity over the last twenty years. There has therefore been a significant acceleration in property expansion in the countryside over the last fourteen years, resulting in a gentrification of rural areas. It was also noted that there is a need to increase planning mechanisms and expand physical and social infrastructure in order to align tourism activity with regional development and climate change mitigation objectives.

Keywords: high altitude climates; climatic amenity; touristic potential; Serra de Santana; Rio Grande do Norte.

1. Introdução

As características climáticas de determinado lugar são uma qualidade que define boa parte dos destinos turísticos, a depender dos interesses dos turistas e das atividades vinculadas (Fernandes, 2017). Atualmente, diversos lugares do mundo experimentam o turismo de segunda residência alimentado pelo

desejo das pessoas em terem uma maior aproximação com a natureza, práticas de recreação ao ar livre ou contemplação (Adie & Hall, 2023; Ericsson et al., 2022). No caso do Brasil, um país majoritariamente tropical, o turismo de sol e mar é um atrativo internacional e modula os discursos publicitários de operadores privados e agências governamentais na promoção do turismo no país. No entanto, os destinos serranos são bastante valorizados, a exemplo da região serrana do Rio de Janeiro (Petrópolis e Teresópolis) e a região da serra gaúcha (Gramado, Canela etc.), mobilizando fluxos internacionais e domésticos. Associado a tal dinâmica, há a prática da vilegiatura (temporada que se passa fora da zona de habitação) ou do turismo de segunda residência, na qual o turista/vilegiaturista adquire uma propriedade, ou parte dela, visitando-a com maior frequência ou de modo sazonal. No caso dos destinos serranos, a tomada de decisão tende a levar em consideração o clima e seus recursos de amenidade, buscando conjugar os momentos de lazer e descanso à mudança do ambiente urbano para outro mais próximo à natureza.

O clima interfere e sempre interferiu em vários aspectos da vida, nas atividades econômicas, nos aspectos culturais, no conforto e bem-estar, no lazer e na saúde, seja de forma direta ou indireta (Sette & Ribeiro, 2011; Aragão, 2009). A sua pertinência é crescentemente reconhecida em decorrência da introdução do tema das mudanças climáticas no debate público, e dos consensos construídos na arena científica (Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas [IPCC], 2021). Nessa perspectiva, as medições de temperatura feitas no Brasil, mostram que 2019 ficou entre os quatro anos mais quentes já registrados, e que desde 2012, a temperatura média do ar oscilou em torno de 0,9°C acima da Normal Climatológica (média histórica definida pela Organização Mundial de Meteorologia). O Sexto Relatório de Avaliação das Mudanças Climáticas (AR6), do IPCC, aponta que um aumento da temperatura terrestre de 1,5°C acima provoca mudanças significativas não só no clima, mas também impõe grandes dificuldades na prática do desenvolvimento sustentável e nos esforços para erradicar a pobreza (IPCC, 2021). Tal cenário implica também em mudanças na forma como as atividades turísticas interagem com um clima em mutação. Contudo, a relação do clima com o turismo não é determinante, de modo que uma característica climática ou condição meteorológica pode se constituir como fator de atração para um lugar e operar como fator dispersivo para outro destino. Além disso, os recursos de amenidade climática podem ser percebidos de modo diferencial ao longo do tempo e por sujeitos diferentes, sendo muitas vezes promovidos por agentes locais, regionais ou globais que buscam ressaltar uma ou outra característica extraída da heterogeneidade climática das regiões. Desse modo, atributos térmicos (frio) e estéticos (neblina, paisagens panorâmicas etc.) de áreas serranas no Semiárido nordestino (Guaramiranga-CE, Lagoa Nova-RN, Gravatá-PE, Areia-PB) têm sido valorizados na promoção de empreendimentos imobiliários voltados à segunda residência (Oliveira, 2018).

Tendo em vista o contexto climático do Semiárido brasileiro, região mais

seca e quente do país (Ab'Saber, 2003), tais recursos de amenidade tempo-clima adquirem maior relevância. A Região Nordeste do Brasil está localizada muito próxima à linha do equador e, somando a suas baixas cotas altimétricas, apresenta elevados valores de radiação e temperatura do ar durante todo o ano (Lucena, 2023; Sá & Silva, 2010). Essa região possui um grande polígono de clima semiárido e tem sido historicamente relacionada a problemas socioeconômicos e ambientais oriundos, dentre outros fatores, da crise hídrica (Ab'Saber, 2003; Malvezzi, 2007; Girão, 2012). No entanto, é importante ressaltar que existem no Semiárido “áreas de exceção”, ou seja, enclaves úmidos existentes nos cumes das montanhas, chapadas e planaltos (Medeiros & Cestaro, 2018; Lucena et al., 2022a). Tais locais têm como peculiaridade climas mais amenos devido ao fator altitude e, em alguns casos, mais úmidos, dependendo da sua proximidade com o oceano e outros fatores geográficos.

O escopo da presente pesquisa dirige-se, portanto, a realizar um estudo sobre o papel dos recursos de amenidade tempo-clima no município de Lagoa Nova-RN, localizado na Serra de Santana, no Semiárido do estado do Rio Grande do Norte. Situado na região turística do polo Seridó, o município tem acolhido nos últimos anos uma sensível expansão de empreendimentos imobiliários, sobretudo condomínios fechados, destinados ao turismo de segunda-residência ou vilegiatura. Usufruindo de fatores espaciais, como a proximidade a importantes centros regionais (Currais Novos e Caicó) e à capital do estado, Natal, o município tem mobilizado seus atributos climáticos associados ao frio como fator de atração desses fluxos turísticos. As transformações socioespaciais são evidentes diante do avanço de tais empreendimentos sobre as áreas rurais e a valorização de terrenos próximos aos mirantes, modificando a dinâmica econômica em um município tradicionalmente dedicado à agricultura familiar, singularizada na importância da produção de caju (Davi, 2016).

2. Referencial teórico

2.1. A importância do clima na atividade turística

A repercussão dos fatores climáticos sobre as atividades turísticas tem sido objeto de estudo por parte de climatologistas desde a década de 1970 (Crowe et al., 1977; Singh, 1977; Danilova, 1974). Interessados em explorar como o clima impacta nas atividades econômicas, incluindo o turismo, tais pesquisas buscavam utilizar informações climáticas para ponderar como poderiam ser empregadas no planejamento das atividades turísticas (Rutty et al., 2021). Após um período de declínio do tema, ele é retomado nos anos 1990 sob o contexto das discussões sobre as mudanças climáticas, desdobrando-se no relatório intitulado “*Climate Change and Tourism: responding to Global Challenges*”, publicado em 2008 pela Organização Mundial do Turismo, pela Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa Ambiental das Nações Unidas

(World Tourism Organization [UNWTO] & United Nations Environment Programme [UNEP], 2008).

Em decorrência dessas preocupações, surge uma área de pesquisas nomeada de *Climatologia do Turismo*, resultado de um grupo de estudos (*The Commission on Climate, Tourism and Recreation – CCTR*) criado em 1999 durante o 15º Congresso Internacional de Biometeorologia e destinado a identificar e valorar as informações ambientais para o planejamento estratégico e para a tomada de decisão da indústria do turismo (Matzarakis et al., 2004). Desse modo, as pesquisas abrangem várias temáticas, tais como: tempo e clima como fatores limitantes do turismo; conceitos e métodos em Climatologia do Turismo; efeitos econômicos do clima sobre a indústria do turismo; adaptação dos turistas e da indústria à variabilidade e às mudanças climáticas (Freitas, 2017).

Um resultado da complexificação temática dessa área de estudos é o desenvolvimento metodológico, superando a visão de que o papel do clima em atribuir qualidade turística aos lugares ou às regiões seria auto evidente. Nesse sentido, tem-se desenvolvido índices dedicados a mensurar as condições climáticas ótimas ou inaceitáveis, a exemplo do *Tourism Climate Index* (TCI) (Mieczkowski, 1985) e o *Holiday Climate Index* (HCI). Em relação ao TCI, críticas foram direcionadas à superestimação do fator conforto térmico, à subestimação dos fatores chuva e vento, à escala temporal mensal inapropriada para atividades de variação diária, e à generalização excessiva do índice para tipos diversos de atividades turísticas (Scott et al., 2016). No entanto, as distintas abordagens quantitativas tendem a apontar para uma aparente não linearidade da relação clima-turismo, sugerindo uma curva em U invertido para representar a relação entre temperatura e demanda turística, revelando a existência de condições consideradas ótimas (Rosselló-Nadal, 2014).

A despeito das buscas excessivas por quantificação, tem-se reconhecido, no entanto, a importância de sistematizar os recursos climáticos do turismo com vistas a informar as decisões dos turistas e a subsidiar o planejamento das atividades. Para tanto, é feita a distinção entre *os impactos do clima sobre o turista* e *os impactos sobre a indústria do turismo*, o que de outro modo pode ser compreendido a partir de métodos para avaliar as influências do clima sobre o lado da demanda, referente a fatores de repulsão (fugir do inverno ou do calor excessivo) e fatores de atração (atratividade do destino para viajantes); e influências sobre o lado da oferta (temperatura do ar, umidade, luz solar, extremos climáticos e sazonalidade) (Freitas, 2017).

Desse modo, Freitas (2017) reconhece a multidimensionalidade dos atributos-chaves da relação clima-turismo, o que dificulta identificar critérios para condições climáticas e meteorológicas consideradas “aceitáveis”, “inaceitáveis” ou “ideais”. No entanto, sugere três atributos: térmico; físico; e estético. A avaliação dos aspectos térmicos envolveria, dentre outros passos, a integração de fatores físicos que influenciam o estado térmico do corpo:

- (i) atributos de exposição do corpo humano (taxa metabólica, postura, vestimenta);
- (ii) atributos funcionais do entorno (albedo, exposição etc.);
- (iii) amplitude das variáveis atmosféricas (temperatura do ar, umidade, ventilação, radiação solar e de ondas longas).

Já os aspectos físicos reconheceriam a existência de elementos meteorológicos específicos (chuva, neve, ventania) que influem sobre a sensação térmica, ao passo que os aspectos estéticos relacionados ao componente atmosférico levariam em conta o *meio natural estético*: fatores de tempo, como visibilidade, luz do sol ou tempo nublado, associados a condições sinóticas prevaletentes, como “dia ensolarado”, “dia bonito”, “tempo limpo”. A Tabela 1 expõe aspectos da relação clima-turismo.

A sistematização proposta por Freitas (2017) é útil à construção de metodologias qualitativas para a análise de casos empíricos, sobretudo se considerar a natureza da percepção individual do clima, já que as pessoas podem reagir diferencialmente aos aspectos térmicos, físicos e estéticos. A avaliação da dimensão comportamental deve, contudo, estar combinada à análise de como tais atributos climáticos e ambientais são mobilizados como recursos de promoção da atividade turística, referindo-se às estratégias de *marketing* empregadas em cada contexto geográfico.

No entanto, os desafios metodológicos são agravados pelas mudanças climáticas e a necessidade de pesquisar sobre o papel de eventos climáticos extremos e catastróficos (secas, enchentes, ciclones, ondas de calor) no sistema turístico, tal como avaliar as medidas de mitigação e adaptação que a indústria do turismo deve adotar. Em relação aos impactos econômicos, Velasco et al. (2014) apontam o modo desigual pelo qual as mudanças climáticas devem impactar os fluxos turísticos nas distintas economias regionais, destacando como regiões “perdedoras” a Europa ocidental (em particular o Mediterrâneo), a China, a Índia, a região do Caribe, os países tropicais e os exportadores de

Tabela 1 Aspectos dos recursos de amenidade tempo-clima.

Aspectos do Clima	Significância	Impacto
Estéticos		
Sol/Nublado	Qualidade da experiência	Prazer, atratividade do lugar
Visibilidade	Qualidade da experiência	Prazer, atratividade do lugar
Duração do dia	Conveniência	Horas de luz solar
Térmicos		
Efeitos integrados de temperatura do ar, vento, radiação solar, umidade, radiação de ondas longas, taxa metabólica.	Conforto térmico	Estresse ambiental
		Tensão fisiológica
		Hipotermia
		Hipertermia
	Terapêutico, restaurador	Potencial para recuperação

FONTE: Adaptado de Freitas (2017).

energia. Rosselló-Nadal (2014), por seu turno, aponta que as mudanças climáticas devem levar os turistas a uma mudança gradual para destinos em latitudes mais altas, ao que Hamilton et al. (2005) adicionaria maiores altitudes, e ampliar as viagens domésticas, sobretudo em países mais frios, possivelmente reduzindo o turismo internacional.

As mudanças climáticas passam, assim, a ser objeto de preocupação explícita dos vários agentes envolvidos com as atividades turísticas no começo do século XXI dada a sua repercussão nas escolhas de destinos, nos padrões geográficos da demanda turística, na competitividade e sustentabilidade das regiões turísticas e na contribuição do turismo para o desenvolvimento internacional (Scott et al., 2012). Para o contexto brasileiro, Grimm (2019) alerta para as projeções de diminuição de chuvas nas regiões Norte e Nordeste e aumento significativo de enchentes, alagamentos e inundações no Sul do país, além das repercussões da elevação do nível do mar em áreas litorâneas tradicionais do turismo de sol e mar. Um desdobramento possível seria a ampliação do turismo em unidades de preservação, áreas rurais e de interior, de modo a descongestionar áreas mais vulneráveis aos eventos decorrentes das mudanças climáticas.

O tema das mudanças climáticas também precisa ser abordado no contexto dos impactos ecológicos causados pela indústria do turismo. Velasco et al. (2014) recuperam o trabalho de Gössling (2002) para apontar repercussões na cobertura vegetal e no uso do solo; no uso de energia; na extinção de espécies silvestres; na dispersão de enfermidades; e nas mudanças de percepção e compreensão do meio ambiente pelos viajantes. Porém, a emissão de gases de efeito estufa tem sido o dado privilegiado na mensuração da pegada ecológica da atividade turística. Yang e Jia (2022) destacam o volume de emissões de carbono para a atmosfera decorrente do crescimento da indústria do turismo, responsável pelo aumento da demanda por energia por parte de serviços de abastecimento, acomodação e transporte, ampliando a queima de combustíveis fósseis.

A própria World Tourism Organization (UNWTO, 2023) reconhece que o total das emissões de CO₂ resultantes do turismo podem ter chegado a 8% em 2013. No entanto, aponta para dificuldades metodológicas na medição das emissões, resultante da baixa adesão, pouca padronização e consenso sobre as ferramentas, sobretudo em relação à atuação de pequenas e médias empresas. O crescimento em 60% das emissões de CO₂ das atividades turísticas entre 2005 e 2016 motivou a construção de um compromisso de ação climática, a *Declaração de Glasgow*, por agentes da indústria do turismo, visando a redução das emissões até 2030 e estabelecendo a meta de carbono zero até 2050 (One Planet Sustainable Tourism Programme, 2021). Dentre as medidas a serem adotadas: a melhor mensuração das emissões relativas ao setor; a descarbonização das atividades turísticas (transporte, infraestrutura, acomodação, alimentação e gestão de resíduos); regeneração de ecossistemas para reter carbono; compartilhamento de evidências de risco e soluções entre as partes

interessadas; e financiamento de recursos organizacionais para treinamento, pesquisa e implementação de ferramentas efetivas.

É possível avaliar que a reflexão acumulada sobre o tema da relação clima/tempo e atividade turística oferece um conjunto útil de elementos metodológicos e de casos de estudo que apontam para a relevância de novas pesquisas no tema e para ajustes e adequações a ser operacionalizados no planejamento estratégico. Contudo, é perceptível a necessidade de mais estudos direcionados a determinadas regiões do Sul Global, caso do Semiárido, cuja atividade turística apresenta especificidades diretamente relacionadas ao fator climático.

2.2. O turismo de segunda residência e as amenidades climáticas: dinâmicas de interiorização da atividade turística

Dentre as múltiplas atividades que incorporam o clima como um recurso turístico ou que estão susceptíveis às suas dinâmicas ambientais, o turismo de segunda residência adquire crescente importância devido ao papel de empreendimentos imobiliários no estímulo ao usufruto de amenidades naturais em áreas anexas aos grandes centros urbanos. Ainda que os municípios receptores dos usuários de domicílios de segunda residência apresentem atrativos sociais (museus, festivais, rotas etc.), Pereira et al. (2024) destacam a centralidade das amenidades naturais: “recursos hídricos (lagos, lagoas e rios), zonas de topografia elevada e temperaturas amenas e, principalmente, as zonas à beira-mar”. Apesar da predominância das segundas residências em áreas de turismo de sol e mar (Gonçalves, 2018; Santos & Vilar, 2018; Oliveira, 2016), as paisagens serranas são implicadas de modo significativo pelas amenidades climáticas, constituindo atributos de relevância histórica para essas práticas espaciais que alguns autores preferem nomear de “vilegiatura” (Oliveira, 2018).

Ambrósio (2005) atribui ao turismo uma prática social vinculada à produção de mercadoria, a viagem tornando-se um fim em si, ao passo que a vilegiatura teria a sua origem na casa de campo de uso aristocrático, associado ao ócio e à criatividade. Ambos os conceitos, no entanto, estão hoje imbricados na construção da segunda residência como uma prática da burguesia ou da classe média, de modo a incorporar a vilegiatura na economia dos espaços turísticos, especialmente pela via da especulação imobiliária. Este processo induz a considerar a “segunda residência” não como uma categoria unitária, mas como um conceito “guarda-chuva”, com foco nos impactos desiguais do seu uso (Back & Marjavaara, 2017).

Desse modo, a permanência do sentido original da vilegiatura associa o espaço rural a que a paisagem serrana está vinculada à ideia de retorno à natureza, inversão do cotidiano, rotina e novidade, ligação emocional com os lugares, elitismo e aspiração, dentre outros (Cobuci & Kastenholz, 2011). A sobreposição de elementos sociais e ambientais enuncia, portanto, uma tendência de tipologias arquitetônicas que comuniquem distinção de classe, associando as segundas residências à urbanização de áreas periurbanas ou à gentrificação de localidades rurais (Hall, 2014). O mesmo autor aponta ainda

para impactos na pressão sobre a oferta e acessibilidade de terra e habitação, conflitos entre residentes permanentes e temporários, deficiência de políticas habitacionais e escassez de terrenos em decorrência da especulação imobiliária. Back e Marjavaara (2017) atentam para a necessidade de evidenciar a “população invisível” do turismo de segunda residência, a qual deve repercutir na demanda por serviços públicos locais, conversão de segundas residências em primárias, interação entre população local e turistas de segunda residência, e envolvimento com o planejamento local. É em decorrência dessa ambiguidade que uma das principais obras sobre esse tema na literatura internacional carrega no título o questionamento se as segundas residências seriam uma “maldição” ou uma “benção” (Coppock, 1977).

O contexto internacional do interesse pelo tema se deu a partir do pós-guerra, com a crescente mobilidade pessoal associada à indústria automotiva (Hall & Müller, 2018). Processos similares começam a ser gestados no território brasileiro enquanto efeito das políticas nacional-desenvolvimentistas a partir da década de 1950 que impulsionavam o uso do automóvel por meio da instalação da infraestrutura rodoviária (Becker, 1995). Se as estâncias climáticas eram até então valorizadas para tratamentos de saúde, em especial de doenças respiratórias, a partir dessa década surge a tendência da segunda residência nas regiões acessíveis aos grandes centros urbanos do Centro-Sul do país, inclusive as regiões serranas, cujos atributos ambientais valorizados atraíam um turismo que Bertha Becker (1995) alega ser muitas vezes “predatório e desordenado”. Com o acirramento da globalização na década de 1990, a discussão incorpora os processos de aquisição de propriedades ao redor do mundo e ocorre, no Brasil, uma expansão territorial do turismo de segunda residência, com destaque para a vilegiatura marítima no Nordeste. Mais recentemente, novas estratégias imobiliárias chamam atenção, tais como a substituição de imóveis unifamiliares por unidades multifamiliares na forma de condomínios, modelos de multipropriedade e reconfiguração de *resorts* e complexos turísticos (Pereira et al., 2024).

Por seu turno, o turismo de segunda residência em áreas serranas apresenta uma dinâmica espacial importante à interiorização do turismo no Brasil, frequentemente associado ao turismo rural, apesar da ausência de programas, projetos ou ações específicas para esses destinos por parte das políticas federais de turismo (Fonseca et al., 2022). Contraria, assim, a imagem histórica do interior e do sertão enquanto espaços pouco habitados ou inóspitos, e de baixo nível de desenvolvimento econômico, ao combinar o clima ameno com a proximidade dos grandes centros urbanos, serviços de hospedagem e alimentação, e atividades em contato com a natureza.

A exuberância natural propiciada pelo relevo e vegetação característica, a destoar da paisagem semiárida a seu entorno, constitui importante atrativo para visitantes e/ou segundos residentes interessados em usufruir das amenidades, ainda que por apenas pequenos períodos do ano (Gomes & Oliveira, 2021, p. 126).

Vários trabalhos têm se dedicado a examinar o turismo de segunda residência em cidades serranas do semiárido nordestino. Oliveira (2018) centra sua análise em Guaramiranga-CE, Lagoa Nova-RN e Gravatá-PE, destacando a transformação da morfologia urbana dessas pequenas cidades interligadas à rede urbana metropolitana, reforçando o nexo metrópole (residência primária) e serra (segunda residência) e a tendência à constituição de enclaves decorrentes do padrão de empreendimentos imobiliários centrados na forma condominial. Valença (2015) e Galvão (2017) direcionam suas análises para Gravatá-PE, cujo *marketing* urbano associa o clima ameno à ideia de “Suíça pernambucana”. Essa fetichização do espaço tende a transformar o “rural” e a amenidade climática em objeto de consumo, mediando a relação com a natureza ao buscar controlá-la e idealizá-la. Para o contexto potiguar, Costa et al. (2017) exploram essa dinâmica turística para a cidade serrana de Portalegre-RN, ao passo que Taveira (2018), Davi (2016), Moura et al. (2015) e Macêdo (2013) se ocuparam de Lagoa Nova-RN, melhor analisada posteriormente.

Considerando os estudos climáticos que têm comprovado um aumento de temperatura na Terra e as projeções de aumento de temperatura em diversas regiões do globo, incluindo o semiárido brasileiro (Marengo, 2008; Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas [IPCC], 2021; Prado, 2021; Marengo et al., 2021), é importante destacar que as áreas elevadas, planaltos, serras, chapadas da região ganharão ainda mais importância enquanto refúgios de amenidade térmica e deverão ser vistos com prioridade do ponto de vista de sua preservação/conservação ambiental (Lucena et al., 2022a). Essas projeções devem apresentar novos desafios a serem enfrentados pelos destinos serranos, demandando maior planejamento na gestão dos recursos hídricos e das dinâmicas de uso e ocupação do solo.

3. Metodologia

O presente trabalho procura analisar a relação entre clima de altitude e turismo de segunda residência no município de Lagoa Nova/RN. Foi realizada uma revisão bibliográfica nas plataformas Google Acadêmico e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, utilizando como descritores os seguintes termos: turismo de segunda residência, clima, Lagoa Nova. Além disso, o trabalho se valeu da análise documental dos Inventários Turísticos de Lagoa Nova de 2023 e de 2016 (Taveira, 2016; 2023), e do Relatório de Atividades Turísticas de Lagoa Nova-RN de 2023, disponível no Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro, visando verificar como tais documentos registram o papel da interface clima/tempo como recurso turístico do município.

Como indicador da importância do turismo de segunda residência, foram levantados dados secundários nos Censos Demográficos do IBGE para os anos de 2000, 2010 e 2022, relativos aos valores absolutos e relativos dos domicílios particulares de uso ocasional para Lagoa Nova e demais municípios da região turística do Polo Seridó. Tulik (1995) explora a importância desse

dado desde o censo de 1980, permitindo auferir o fenômeno da segunda residência, ainda que se tenha a ressalva de que este não é exclusivo à vilegiatura, permitindo também análises sobre processos migratórios para estudo e trabalho. De todo modo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024, p. 20) o define como “domicílio particular permanente que servia ocasionalmente de moradia na data de referência, ou seja, era o domicílio usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes”.

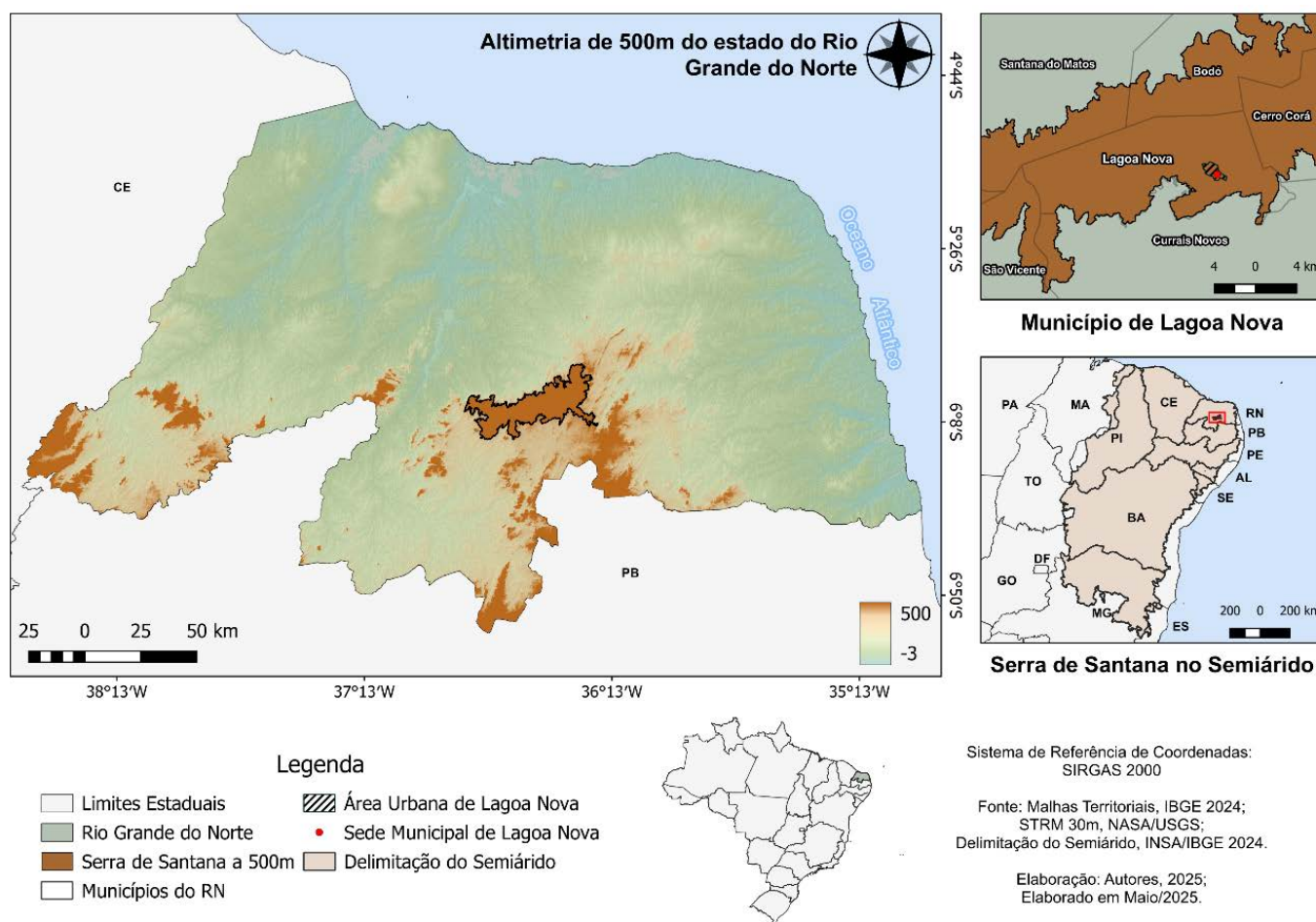
Com o intuito de compreender a perspectiva adotada por agentes territoriais relevantes do município de Lagoa Nova em relação ao tema estudado, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com: a ex-secretária de turismo do município; a atual secretária de turismo e desenvolvimento econômico do município; e com a secretária de administração e recursos humanos (Gomes, 2021; Silva, 2021; Moura, 2021). Realizadas entre 17 de novembro de 2021 e 14 de dezembro de 2021, tais entrevistas buscaram recuperar informações sobre o surgimento e desenvolvimento da atividade turística do município, as iniciativas realizadas pela gestão pública municipal, e os impactos econômicos do turismo de segunda residência em termos fiscais, de infraestrutura e geração de emprego e renda.

Por fim, como quinto procedimento metodológico, utilizou-se dados de temperatura do ar secundários e dados primários gerados nos meses de julho, agosto e setembro (inverno) no ano de 2018 para o município de Lagoa Nova, a partir da instalação de um termo-higrômetro automático Instrutherm HT-70, programado com *datalogger* para coletar dados 24 hs/d⁻¹ a fim de levantar informações de temperatura e umidade do ar. Para realizar uma análise comparativa com dados relativos a cidades situadas na depressão sertaneja do Seridó potiguar, foram coletados dados da estação meteorológica do Seridó localizada no município de Caicó. Os dados coletados foram analisados por meio da estatística descritiva onde cálculos de medidas de posição e de dispersão foram realizados para uma melhor compreensão das condições térmicas locais.

3.1. O município de Lagoa Nova/RN/Brasil

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA, 2021), o município de Lagoa Nova está localizado a uma distância de 198 Km da capital do estado do Rio Grande do Norte, Natal, tendo uma área de 176,30 km², equivalente a 0,33% da superfície estadual. A altitude da sede municipal é de 686 metros. A Figura 1 mostra a localização da serra de Santana na parte central do estado do Rio grande do Norte e o recorte do município de Lagoa Nova.

A Serra de Santana e o Município de Lagoa Nova estão localizados no semiárido brasileiro, situando-se na região central do estado. Barros (1998) relata que o relevo da Serra de Santana é caracterizado por platôs residuais do cenozoico exibindo um relevo plano e alto, com resquícios de cobertura sedi-



mentar, sendo percebido facilmente pelo aspecto retilíneo dos topos das serras com altitudes que variam entre 500 e 700 metros. O clima predominante no semiárido do estado do Rio Grande do Norte é quente, com médias pluviométricas em torno dos 600 mm e com temperaturas médias anuais variando entre 24°C e 30°C, além da elevada taxa de insolação e evaporação e balanço hídrico negativo (Silva et al., 2022). Tais condições climáticas refletem na vegetação do tipo Caatinga (caducifólia), rios intermitentes, afloramentos rochosos e solos rasos e pedregosos (Nunes, 2006). Contudo, a serra de Santana, situada em cotas mais elevadas, apresenta temperaturas mais brandas e a presença mais frequente de fenômenos orográficos, bem como solos mais desenvolvidos (Lucena et al., 2023). A condição altimétrica da serra de Santana contribui para distinções climáticas e ambientais no domínio semiárido dos sertões secos (Ab'Saber, 2003), o que a determina como uma área de exceção, detentora de grande potencial turístico.

O município de Lagoa Nova foi integrado ao Mapa do Turismo Brasileiro em 2006, parte do Programa de Regionalização do Turismo do Governo Federal, instituído em 2003. Pertence, assim, à região turística do Polo Seridó. Lagoa Nova é categorizado como um município de tipo D, em uma classificação de A a E, indicando sua baixa performance nas variáveis quantidade de estabelecimentos de hospedagem, quantidade de empregos em estabeleci-

Figura 1

Imagem de satélite do estado do RN (altimetria) com destaque para a Serra de Santana no semiárido brasileiro e o município de Lagoa Nova.

mentos de hospedagem, quantidade estimada de visitantes domésticos e internacionais, e arrecadação de impostos ferais a partir dos meios de hospedagem.

4. Resultados e discussão

No estado do Rio Grande do Norte, o movimento turístico de segunda residência aconteceu primeiro no litoral, pois há uma tradição de veraneio em que as pessoas de poder aquisitivo mais elevado usufruem desse momento de lazer nos períodos de férias e para isso utilizam-se das casas de praias como segunda residência (Oliveira & Nascimento, 2023; Lopes et al., 2018; Fonseca et al., 2016; Pereira et al., 2016).

No entanto, há um processo crescente de interiorização da atividade turística nas últimas décadas, sobretudo vinculado à vilegiatura ou turismo de segunda residência em regiões serranas do estado, a exemplo da serra de Martins (Bicalho, 2022; Costa et al., 2017; Santos et al., 2013), da serra de São Bento (Bicalho, 2022) e da serra de Santana (Oliveira, 2018; Taveira, 2018; Costa, 2017; Davi, 2016). A associação desses espaços à característica comum de clima ameno e agradável, se comparado a áreas do entorno semiárido, mobiliza os atributos estéticos, físicos e térmicos em um processo de construção social da paisagem com vistas a incentivar a valorização do espaço (Davi, 2016). No caso da serra de Santana, o fato de estar situada na região central do estado do Rio Grande do Norte confere uma vantagem locacional dada a relativa proximidade com a capital do estado, Natal, a menos de 200km de distância, constituindo-se como atrativo para a construção de segundas residências e fator competitivo em relação a outras serras mais distantes, a exemplo da serra de Martins.

Para fins comparativos, expusemos na Tabela 2 os municípios de Caicó e Lagoa Nova, situados respectivamente na depressão sertaneja e na serra de Santana, ambas as áreas localizadas no Semiárido brasileiro, estado do Rio Grande do Norte. Estando na mesma faixa latitudinal e a uma distância de 70 km (linha reta), Caicó tem altitude de 160 metros, ao passo que Lagoa Nova alcança a altitude de 700 metros. Ficam nítidas as diferenças na temperatura entre ambos. Os dados climáticos registrados e analisados durante essa pesquisa demonstram a amenidade climática gerada pelo gradiente altimétrico em Lagoa Nova, quando comparados com os municípios da depressão sertaneja, como Caicó (Tabela 2).

O município serrano apresentou temperatura média de 23,6°C enquanto o município da depressão sertaneja apresentou uma média de 28,6°C, contabilizando uma diferença de 5°C para o mesmo período. Em Lagoa Nova houve registro de temperatura mínima absoluta de 15,7°C e o valor máximo de temperatura registrado foi 34,8°C. Também foram registrados os referidos valores: 733 registros de temperaturas abaixo de 20°C; 229 registros de temperaturas abaixo de 18°C; e 75 registros de temperaturas abaixo de 17°C. Para o mesmo período em Caicó, houve apenas 2 registros de temperatura abaixo de 20°C;

Tabela 2 Fatores geográficos e dados climáticos registrados durante o inverno (julho, agosto e setembro) em Lagoa Nova e em Caicó, Rio Grande do Norte.

Características Geográficas e Estatística descritiva	Lagoa Nova	Caicó
Latitude	6° 05' Sul	6° 27' Sul
Altitude (metros)	700	160
unidade da paisagem	Serra	Depressão
Média (°C)	23,6	28,6
Valor Máximo (°C)	34,8	38,9
Valor Mínimo (°C)	15,7	18,1
Desvio Padrão (°C)	4,6	6,7
Coeficiente de Variação	19%	23%
Amplitude (°C)	19,1	20,8
Registros de Temperatura < 20°C	733	2
Registros de Temperatura <18°C	229	0
Registros de Temperatura <17°C	25	0

FONTE: dados da pesquisa.

e nenhum registro de temperaturas abaixo de 18°C e 17°C. Cabe ainda destacar o valor da temperatura máxima absoluta 38,9°C e da mínima de 18,1°C em Caicó, comprovando que para o período do inverno, se avaliarmos as temperaturas máximas, médias e mínimas, identificaremos que elas são ~3,5°C mais baixas na serra do que na depressão sertaneja, considerando Lagoa Nova e Caicó, respectivamente. As temperaturas mínimas registradas em ambos os municípios ocorreram em horários próximos ao alvorecer (~05:00) e as máximas sempre após o meio-dia (~14:00). De acordo com alguns estudos já desenvolvidos na região, o principal fator de diminuição da temperatura é a altitude que promove o gradiente vertical de temperatura (Cardozo et al., 2019; Lucena et al., 2022a; 2022b).

O dado da amenidade tempo-clima é constantemente reafirmado nas pesquisas e nos documentos relativos à atividade turística em Lagoa Nova. No Relatório de Atividades Turísticas do município, vinculado ao Programa de Regionalização do Turismo (MTur, 2022), a sua caracterização já ressalta de partida o “clima ameno”, as “beleza naturais” e o “turismo de segunda residência”. Este reconhecimento institucional do clima como recurso turístico, além do seu vínculo à prática de vilegiatura, está também presente nos dois inventários turísticos construídos no âmbito de projetos de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte intitulados “Inventariação turística dos municípios do Conselho de Turismo do Polo Seridó” e “Qualistur – Turismo, Qualificação Profissional e Desenvolvimento Regional do Seridó Potiguar”, ambos sob a coordenação do professor do curso de Turismo Marcelo Taveira. No levantamento realizado em 2016, o “clima frio” é destacado como o principal atrativo do município, seguido pela feira livre, aspecto reafirmado no inventário de 2022, mas agora associado aos geossítios (Mirante de Santa

Rita e Tanque dos Poscianos) presentes no município em decorrência deste fazer parte do Geoparque Seridó.

Contudo, a constatação do frio não o transforma automaticamente em recurso turístico. O trabalho de Davi (2016) recupera a relação histórica da população local e de visitantes em períodos anteriores com a percepção do frio, ressaltando que este não era visto como um atributo especial, sendo pouco tolerável para alguns. Uma moradora antiga da zona rural, entrevistada na pesquisa, chega a afirmar que anteriormente as pessoas tinham “medo” de visitar Lagoa Nova no inverno por conta do frio considerado excessivo (Davi, 2016). É interessante, desse modo, compreender como se opera uma reversão do valor social dado aos recursos de amenidade tempo-clima, para o que a autora examina a construção social da paisagem. Esta é expressa no modo de organização do espaço e nas dinâmicas da sua produção, a exemplo das construções da população local que se voltavam para as “chãs” (áreas planas e férteis onde são localizadas as roças), dando as costas às “beiras de grota”, áreas hoje chamadas de “mirantes” (figura 2), e convertidas nos terrenos mais valorizados.

O processo de reversão do valor social do frio e da paisagem serrana remete ao início dos anos 2000, quando parcela da elite seridoense, notadamente de Currais Novos, passou a investir em segundas residências na serra de Santana. Há o caso emblemático da Pousada Chalé dos Cajueiros (Taveira, 2018), cuja conversão de leitos hoteleiros em unidades habitacionais em condomínio de segunda residência é interpretada por Oliveira (2018) como uma predominância da vilegiatura sobre o turismo no município. Integrando-se à especulação imobiliária, a vilegiatura ou turismo de segunda residência foi incorporando as bordas do relevo, anteriormente pouco valorizadas pela população local, e ampliando o predomínio dos loteamentos e condomínios fechados na zona rural, contrastando, segundo Oliveira (2018), com a paisagem rural de pequenas lavouras e extensos cajueiros. Desse modo, ocorre o que Davi (2016) nomeia de reestruturação do espaço rural por meio de um processo de gentrificação ou enobrecimento, assentado não somente no aspecto material,

Figura 2

Em 2a vista da paisagem a partir da escarpa da Serra de Santana (mirante sul), no período chuvoso, município de Lagoa Nova e em 2b vista do mirante sudeste durante a estação seca, município de Lagoa Nova.

FONTE: dados da pesquisa.



A



B

mas na construção simbólica do clima serrano como “ameno” e “refrescante”, e de uma paisagem idealizada como “limpa”, livre de poluição e ruídos.

Podemos afirmar que a representação do “frio ameno” é construída e fomentada por algumas agências e agentes (prefeitura, secretaria de turismo, empresários, parte da população local e a mídia). Estes sujeitos criam a “serra” como detentora de atributos e características (clima, diversidade dos elementos paisagísticos) que possibilitam a acumulação de uma representação social e coletiva de um lugar diferenciado para visitar e viver (Davi, 2016).

Assim, podemos fazer o exercício de operacionalizar os aspectos dos recursos de amenidade tempo-clima discutidos por Freitas (2017) para o caso de Lagoa Nova. A reestruturação do espaço rural e a construção social da paisagem passaram a valorizar o atributo *estético* da neblina e da paisagem perspectiva dos mirantes; a qualidade do ar e o contato com aspectos da vida rural, associados à saúde e bem-estar, configuram o atributo *físico*; ao passo que o atributo *térmico*, o frio do clima serrano em meio ao semiárido, está associado ao conforto térmico e a um sentido terapêutico restaurador. Em conjunto, tais recursos de amenidade tempo-clima tornam-se suporte para atividades econômicas turísticas e imobiliárias que passam a compor a paisagem econômica local junto a outras dinâmicas recentes, a exemplo da instalação de empresas vinculadas à produção de energia eólica, e tradicionais, como a agricultura familiar e a cajucultura. Os condomínios de segundas residências passam a ser, portanto, a forma espacial evidente desse processo (figura 3).

Verifica-se por meio das pesquisas realizadas no município e das entrevistas realizadas com representantes da secretaria de turismo municipal nas duas últimas gestões (Gomes, 2021; Silva, 2021; Moura, 2021) que há uma dupla tendência: predomínio dos condomínios na zona rural; e aceleração do crescimento da incorporação imobiliária no intuito de ampliar a oferta de terrenos ou empreendimentos de segunda residência. Com efeito, a secretaria de turismo se queixa do baixo recolhimento de IPTU em decorrência da localização majoritária dos empreendimentos na zona rural, o que impõe limitações fiscais para o planejamento local da atividade turística. Quanto ao crescimento dos empreendimentos imobiliários voltados à segunda residência, pode-se estimá-los a partir da análise do número de domicílios particulares de uso ocasional e de sua proporção em relação ao número total de domicílios no município. A Tabela 3 apresenta esses dados para os municípios da região turística do polo Seridó para os anos de 2000, 2010 e 2022, extraídos dos respectivos Censos Demográficos do IBGE.

Considerando que os domicílios particulares de uso ocasional podem indicar a presença de repúblicas de estudantes, residências de uso ocasional por conveniência de trabalho, ou segundas residências de naturais de um município que residem em outro (geralmente na capital do estado), este é um indicador adequado para avaliar as tendências no âmbito do turismo de segunda residência ou vilegiatura no município de Lagoa Nova. Os dados sistematizados na Tabela 3 apontam para um nítido crescimento dos domicílios de



A



B



C



D

uso ocasional em Lagoa Nova nas duas últimas décadas. Com 1093 domicílios particulares de uso ocasional em um total de 7193 domicílios particulares em 2022, Lagoa Nova chega a ser atualmente o município com o maior número proporcional de domicílios nessa categoria (15,2%) dentre aqueles membros do polo Seridó, sobretudo se considerarmos que os valores referentes a Caicó e Currais Novos devem abranger outros usos vinculados ao fato dessas cidades serem polos universitários.

Além disso, a análise evidencia melhor as tendências quando calculamos o crescimento anual dos domicílios particulares de uso ocasional. Entre 2000 e 2010, década em que se iniciou o processo de construção de casas e condomínios de segundas residências em Lagoa Nova, o crescimento foi de 3,63% ao ano, baixo para a média dos municípios do Polo Seridó, mas ligeiramente acima do crescimento anual do total de domicílios particulares (3,31% a.a.).

Contudo, é perceptível uma aceleração desse processo no período de 2010 a 2022, quando o crescimento anual foi de 8,45%, acima dos demais municípios da região, indicando a rapidez da expansão dos condomínios, dado que o crescimento anual do total de domicílios particulares permaneceu estável, correspondendo a 3,56% a.a. no mesmo período.

Figura 3

(a) entrada principal de condomínio residencial fechado; (b) casa em condomínio; (c) casa em condomínio e (d) área de lazer dentro de condomínio residencial.

FONTE: Mgfmoveis, 2023; Natalonline, 2023.

Tabela 3 Evolução dos domicílios particulares de uso ocasional no Polo Seridó nas últimas décadas.

Municípios do Polo Seridó	Domicílios Particulares de Uso Ocasional (2000)	Percentual de domicílios de uso ocasional (2000)	Domicílios Particulares de Uso Ocasional (2010)	Percentual de domicílios de uso ocasional (2010)	Domicílios Particulares de Uso Ocasional (2022)	Percentual de domicílios de uso ocasional (2022)
Acari	245	7,41%	308	7,84%	447	9,41%
Caicó	453	2,71%	978	4,49%	2157	7,93%
Carnaúba dos Dantas	122	5,99%	245	8,95%	403	11,22%
Cerro Corá	150	4,79%	285	7,22%	630	12,09%
Currais Novos	414	3,47%	652	4,51%	1281	7,04%
Florânia	146	5,29%	336	10,46%	410	9,62%
Jardim do Seridó	149	3,99%	396	8,58%	567	10,08%
Lagoa Nova	289	8,47%	413	8,74%	1093	15,20%
Parelhas	379	6,39%	578	7,90%	1353	13,01%
São João do Sabugi	193	10,56%	331	14,66%	417	14,43%
Tenente Laurentino Cruz	77	5,50%	102	5,48%	235	9,31%
Timbaúba dos Batistas	5	0,82%	51	6,41%	92	8,94%

FONTE: Censos Demográficos do IBGE de 2000, 2010 e 2022.

Um fator que pode auxiliar na compreensão dessa aceleração é a incorporação de vilegiaturistas cujas residências primárias se localizam em Natal a um processo iniciado pela elite seridoense, principalmente de Currais Novos, mas também de Caicó (Gomes & Oliveira, 2021). Membros do que Davi (2016) preferiu caracterizar como “camadas médias urbanas”, tendem a pertencer às classes B (38,5%) e C (38,5%), conforme dados recolhidos e sistematizados por Oliveira (2018). Ainda que comparativamente com menor poder aquisitivo em relação a outras áreas de vilegiatura serrana, como Guaramiranga e Gravatá (Oliveira, 2018), tais agentes dinamizam a economia local (Taveira, 2018), ampliando as oportunidades de negócios locais e o fluxo monetário no comércio tradicional, a exemplo da feira livre (Macêdo, 2013).

O impacto econômico é também relevante em decorrência da frequência do retorno dos vilegiaturistas, o que Oliveira (2018) caracteriza como uma “mobilidade cíclica não sazonal”, favorecendo a manutenção da dinâmica econômica ao longo de todo o ano. Nesse contexto, uma análise comparativa dos inventários turísticos de Lagoa Nova de 2016 e 2022 aponta que, apesar da estabilidade do número de serviços e equipamentos de alimentos e bebidas (26 e 24, respectivamente), ampliou-se nesse período a capacidade de pessoas sentadas (de 1182 para 1430) e o número de funcionários contratados (de 51 para 95) nesses estabelecimentos (Taveira, 2016; 2023).

Todavia, é importante ter em conta os efeitos sociais e ambientais do pro-

cesso acelerado de incorporação imobiliária e de turismo de segunda residência. As secretárias de turismo entrevistadas (Gomes, 2021; Silva, 2021; Moura, 2021) reconhecem a diminuição da cobertura vegetal, associada ao avanço dos condomínios fechados e loteamentos sobre a zona rural e à introdução da atividade de produção de energia eólica. Tal constatação pode ser confirmada na pesquisa de Lucena et al. (2023), que contabiliza os tipos de uso do solo para uma série histórica e aponta a diminuição de cobertura florestal no município. Além disso, Davi (2016) identifica uma mudança ao longo dos anos na produtividade dos cajueiros e na sensação térmica (redução dos dias mais frios) a partir dos relatos da população local. É necessário, portanto, levar em consideração as repercussões da especulação imobiliária nos modos de vida tradicionais dos agricultores familiares, de modo que a população local não seja invisibilizada frente a outros agentes considerados mais dinâmicos e economicamente pertinentes.

5. Considerações finais

A pesquisa em tela reforça a importância dos recursos de amenidade tempo-clima para contextos similares, ou seja, de municípios serranos, sobretudo quando localizados em regiões semiáridas. Contudo, vale reconhecer que o clima e o tempo meteorológico não se constituem em recursos para atividades econômicas de modo automático. Há uma dinâmica de conversão das amenidades climáticas em “capital espacial” acionado por agentes de determinado lugar, o que denota a natureza política e econômica de um processo de construção social da paisagem. Tal conversibilidade sugere a mobilização de agentes locais ou regionais na promoção de interesses econômicos que podem resultar em conflitos territoriais e ambientais.

No caso de Lagoa Nova, verifica-se que a aceleração da expansão imobiliária de condomínios de segunda residência provocou um avanço sobre a zona rural do município nos últimos quatorze anos, repercutindo tendencialmente no valor da terra e na dinâmica econômica local assentada na pequena agricultura familiar, sugerindo um processo de gentrificação do espaço rural. A análise documental demonstrou que as amenidades tempo-clima são institucionalmente reconhecidas e mobilizadas como atrativo turístico. Além disso, a revisão bibliográfica ressaltou pesquisas que indicam uma mudança na percepção dos atributos estéticos e térmicos do lugar, expressos na valorização das áreas de encosta e vistas panorâmicas, e na valorização do frio serrano como atrativo.

Novas pesquisas podem ajudar a refinar as análises relativas ao impacto sobre as comunidades rurais e a expansão do setor de serviços do município. Se na literatura sobre o tema das segundas residências há uma preocupação de evidenciar os efeitos dos visitantes como uma “população invisível” nessas localidades, é importante evitar o processo de invisibilização da própria po-

pulação local, dos seus modos de vida tradicional e da paisagem com a qual se relacionam historicamente.

Por fim, é fundamental que a atividade turística possa usufruir melhor das ferramentas de gestão e planejamento, orientada para uma diversificação turística que incorpore a comunidade local e valorize de modo integrado os recursos-base natural (clima serrano e geodiversidade; turismo de natureza e turismo rural), os fatores locacionais (acessibilidade e proximidade com centros regionais e metropolitano), e os fatores culturais (roteiros temáticos, gastronomia, história local, festividades etc.). Além disso, o planejamento é importante para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, tanto para preservar o atributo de refúgio climático quanto para sustentar as atividades tradicionais da região, como a agricultura familiar e a cajucultura. Neste sentido, investimentos em infraestrutura física e social são essenciais para que a interiorização da atividade turística esteja direcionada a uma efetiva política de desenvolvimento regional.

Referências

- Ab'Sáber, A. N. (2003). *Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas*. Ateliê Editorial.
- Adie, B. A., & Hall, C. M. (Eds.). (2023). *Second homes and climate change*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003091295>
- Ambrósio, J. (2005). Viagem, turismo e vilegiatura. *GEOUSP*, 18. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73975>
- Aragão, M. J. (2009). *História do clima*. Interciência.
- Back, A., & Marjavaara, R. (2017). Mapping an invisible population: The uneven geography of second-home tourism. *Tourism Geographies*, 19(4), 596–611. <https://doi.org/10.1080/14616688.2017.1331260>
- Barros, S. D. S. (1998). *Aspectos morfo-tectônicos nos platôs de Portalegre, Martins e Santana/RN* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Repositório Institucional da UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/32684d46-d333-4bc4-909c-09a9fd996c86/content>
- Becker, B. K. (1995). *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira* (v. 3). MMA.
- Bicalho, D. M. (2022). *O turismo em áreas serranas do Nordeste Brasileiro no contexto da pandemia de Covid-19* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Repositório Institucional da UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49983>
- Cardozo, A. da S., Oliveira, I. R. D. de, Aprígio, T. R. de M., & Lucena, R. L. (2019). Análise climatológica comparativa entre as cidades de Caicó e Lagoa Nova/RN. In L. S. Pinheiro & A. Gorayeb (Orgs.), *Geografia física e as mudanças globais* (pp. 148–152). Editora UFC.
- Cobuci, L., & Kastenholz, E. (2011). Turismo de segunda residência em meio rural. *Rosa dos Ventos*, 3(2), 125–132. <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1234>

- Coppock, J. T. (1977). *Second homes: Curse or blessing?* Pergamon.
- Costa, A. J. da, Lopes, R. M. R., & Rodrigues, J. F. (2017). Segunda residência urbana e turística da cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Norte/RN, Brasil). *Turismo & Sociedade*, 10(1), 1–21. <https://doi.org/10.5380/tes.v10i1.49229>
- Costa, E. R. P. (2017). *Análise dos resultados do Projeto de Inventariação Turística do Polo Seridó* (Monografia de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/c3c506db-b935-42f1-b230-b5c580b85d0c/content>
- Crowe, R., MacKay, G., & Baker, W. (1977). *The tourist and outdoor recreation climate of Ontario: vol. II: The summer season* (Project Report No. REC-1-73). Atmospheric Environment Service, Environment Canada.
- Danilova, N. A. (1974). *A recreational evaluation of the climate of the Black Sea Coast* (Report No. 25). Atmospheric Environment Service, Department of the Environment, Meteorological Translations.
- Davi, M. L. (2016). “A serra é meu refúgio”: *Uma etnografia sobre o uso de casas de campo em Lagoa Nova/RN/Brasil* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24599>
- Freitas, C. R. de (2017). Tourism climatology past and present: A review of the role of the ISB Commission on Climate, Tourism and Recreation. *International Journal of Biometeorology*, 61(1), 107–114. <https://doi.org/10.1007/s00484-017-1389-y>
- Prado, M. I. do (2021). Comunicação aplicada à proteção e defesa civil: Algumas reflexões. In *44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Brasília, DF.
- Ericsson, B., Øian, H., Selvaag, S. K., Lerfald, M., & Breiby, M. A. (2022). Planning of second-home tourism and sustainability in various locations: Same but different? *Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography*, 76(4), 209–227. <https://doi.org/10.1080/00291951.2022.2092904>
- Fernandes, A. S. (2017). *Relação clima-turismo: Um contributo para o planeamento de destinos turísticos* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24151/1/2017_AlissonSilvaFernandes.pdf
- Fonseca, M. A. P., Todesco, C., & Silva, R. C. da. (2022). *A interiorização do turismo no Brasil*. Letra Capital.
- Fonseca, M. A. P. da, Bastos, M. L., & Lima, R. M. M. de. (2016). Segunda residência e a construção dos vínculos afetivos e territoriais no Polo Costa das Dunas. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 14(5), 1229–1240. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2016.14.08>
- Galvão, P. (2017). Uma discussão sobre turismo e gentrificação no meio rural de Gravatá, Pernambuco, Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 27/28. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.8533>
- Girão, O. (2012). Reconstrução do clima no Nordeste brasileiro: Secas e enchentes no século XIX. *Finisterra*, 48(93), 29–47. <https://doi.org/10.18055/Finis1256>
- Gomes, I. R., & Oliveira, P. R. A. (2021). As pequenas cidades, a vilegiatura e a urbanização no Nordeste brasileiro. *Geosaberes*, 12(1), 124–138. <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v12i0.1169>
- Gomes, J. (2021, dezembro 6). *Levantamento de informações sobre o turismo de segunda residência no município de Lagoa Nova/RN* [Entrevista concedida a Francisco Ronnieplex de Moura Cruz].

- Gonçalves, S. (2018). Internacionalización turística y migratoria en el litoral de Rio Grande do Norte/Brasil y las implicaciones en la producción de nuevos territorios y territorialidades. In T. M. M. Martínez (Coord.), *Turismo residencial: Nuevos estilos de vida: De turistas a residentes* (pp. 385–402). Publicacions de la Universitat d'Alacant.
- Gössling, S. (2002). Global environmental consequences of tourism. *Global Environmental Change*, 12, 283–302. [https://doi.org/10.1016/S0959-3780\(02\)00044-4](https://doi.org/10.1016/S0959-3780(02)00044-4)
- Grimm, I. J. (2019). Impactos das mudanças climáticas no sistema turístico: O caso brasileiro. *Caderno Virtual de Turismo*, 19(1). <https://doi.org/10.18472/cvt.19n1.2019.1392>
- Hall, C. M. (2014). Second home tourism: An international review. *Tourism Review International*, 18(3), 115–135. <https://doi.org/10.3727/154427214X14101901317039>
- Hall, C. M., & Müller, D. K. (2018). *The Routledge handbook of second home tourism and mobilities*. Routledge.
- Hamilton, J. M., Maddison, D. J., & Tol, R. S. J. (2005). Effects of climate change on international tourism. *Climate Research*, 29, 245–254. <https://www.int-res.com/articles/cr2005/29/c029p245.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Censo demográfico 2022: Características dos domicílios: Resultados do universo*. IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Censo demográfico 2022*. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo demográfico 2010*. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). *Censo demográfico 2000*. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/inicial>
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. (2008). *Lagoa Nova: Perfil do seu município*, 10, 1–22. <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC0000000000014994.PDF>
- Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas. (2021). *Mudança do clima 2021: A base científica* (M. A. R. de Oliveira, Trad.). WMO/UNEP. https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/IPCC_mudanca2.pdf (Obra original publicada em outubro de 2021)
- Lopes, E. B., Ruiz, T. C. D., & Anjos, F. A. dos (2018). A ocupação urbana no litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil, e suas implicações no turismo de segunda residência. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 10(2), 426–441. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.002.A003>
- Lucena, C. Y. S., Souza, J. J. L. L., Silva, B. Q., Reis, J. S., & Lucena, R. L. (2023). A Serra de Santana no semiárido nordestino: Aspectos geográficos e possibilidade de práticas sustentáveis. *Revista Geográfica de América Central*, 70, 449–476. <https://doi.org/10.15359/rgac.70-1.17>
- Lucena, R. L. (2023). Semiaridity and rainfall variability in Northeastern Brazil. *International Journal Semiarid*, 6, 87–97. <https://doi.org/10.56346/ijsa.v6i6.164>
- Lucena, R. L., Silva, F. E. B. da, Aprígio, T. R. M., & Cabral Júnior, J. B. (2022a). The influence of altitude on the climate of semiarid areas: Contributions to conservation. *The International Journal of Climate Change: Impacts and Responses*, 14(2), 81–93. <https://doi.org/10.18848/1835-7156/CGP/v14i02/81-93>
- Lucena, R. L., Faria, R. M., Lima, R. K. A., Aprígio, T. R. M., Silva, A. D. G. da, & Souza, S. F. F. (2022b). Temperatura e sensação térmica na depressão sertaneja: Análise da região do Seridó no semiárido brasileiro. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, 12, 85–97. <https://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.011.0009>

- Macêdo, F. I. P. (2013). *Os impactos econômicos ocasionados pela turistificação na cidade de Lagoa Nova – RN* (Monografia de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/37591>
- Malvezzi, R. (2007). *Semiárido: Uma visão holística*. Confea.
- Marengo, J. A. (2008). Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semiárido do Brasil. *Parcerias Estratégicas*, 13(27), 149–176. https://seer.cgee.org.br/parcerias_estrategicas/article/view/329
- Marengo, J. A., Rodrigues-Filho, S., & Santos, D. V. (2021). Impacts, vulnerability and adaptation to climate change in Brazil: An integrated approach. *Sustainability in Debate*, 11(3), 14–23. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v11n3.2020.35624>
- Matzarakis, A., Freitas, C. R. de, & Scott, D. (2004). *Advances in tourism climatology*. Berichte des Meteorologischen Institutes der Universität Freiburg.
- Medeiros, J. F. de, & Cestaro, L. A. (2018). Os brejos de altitude no contexto das áreas de exceção do Nordeste brasileiro. *Revista de Geociências do Nordeste*, 4, 126–146. <https://doi.org/10.21680/2447-3359.2018v4n0ID16088>
- MGF Imóveis. (2023). *Casas em condomínio à venda em Lagoa Nova no Rio Grande do Norte*. <https://www.mgmoveis.com.br/venda/casa-em-condominio/rn-lagoa-nova>
- Mieczkowski, Z. (1985). The tourism climatic index: A method of evaluation of world climates for tourism. *Canadian Geographer*, 29(3), 220–233. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1985.tb00365.x>
- Moura, E. F. S. de, Araújo, M. V. P., & Oliveira, P. W. S. (2015). A relevância do planejamento turístico sustentável para o fomento da atividade turística na cidade de Lagoa Nova/RN. In *Anais do XII Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. ANPTUR.
- Moura, E. F. S. de. (2021, novembro 17). *Levantamento de informações sobre o turismo de segunda residência no município de Lagoa Nova/RN* [Entrevista concedida a Ronnieplex de Moura Cruz via WhatsApp].
- MTur. (2022). *Relatório de atividades turísticas: Lagoa Nova – RN*. <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>
- Natal Online. (2023). *Lagoa Nova*. <https://www.natalonline.com/interior/lagoa-nova>
- Nunes, E. (2006). *Geografia física do Rio Grande do Norte*. Imagem Gráfica.
- Oliveira, E. J. de. (2016). A dinâmica do setor de serviços em áreas de turismo e lazer: Uma análise do litoral sul potiguar (Brasil). *CaderNAU*, 9(1), 44–67. <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/6579>
- Oliveira, P. R. A. (2018). *Vilegiatura e urbanização em cidades serranas do Nordeste brasileiro* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Ceará). Repositório Institucional UFC. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/37029>
- Oliveira, V. L. L., & Nascimento, C. R. T. (2023). O aquecimento turístico de Tibau/RN: Um estudo de caso sobre segunda residência. *Research, Society and Development*, 12(9), 1–18. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i9.40696>
- One Planet Sustainable Tourism Programme. (2021). *Glasgow declaration: A commitment to a decade of climate action*. <https://www.oneplanetnetwork.org/programmes/sustainable-tourism/glasgow-declaration>
- Pereira, A. Q., Dantas, E. W. C., & Gomes, I. R. (2016). *Lazer na praia: Segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste*. Imprensa Universitária.

- Pereira, A. Q., Dantas, E. W. C., & Vieira, K. D. (2024). Brasil, país das segundas residências metropolitano-litorâneas. *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 62. <https://doi.org/10.4000/confins.57002>
- Rosselló-Nadal, J. (2014). How to evaluate the effects of climate change on tourism. *Tourism Management*, 42, 334–340. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2013.11.006>
- Rutty, M., Steiger, R., Demiroglu, O. C., & Perkins, D. R. (2021). Tourism climatology: Past, present, and future. *International Journal of Biometeorology*, 65, 639–643. <https://doi.org/10.1007/s00484-020-02070-0>
- Sá, I. B., & Silva, P. C. G. (2010). *Semiárido brasileiro: Pesquisa, desenvolvimento e inovação*. Embrapa Semiárido.
- Santos, J. E., Fernandes, M. J. C., & Soares, M. M. (2013). Turismo, (re)produção e expansão urbana em pequenas cidades: Uma leitura geográfica sobre Martins-RN/Brasil. *Revista de Geografia (UFPE)*, 30(1), 279–300. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/229061>
- Santos, P. P., & Vilar, J. W. C. (2018). A territorialização da segunda residência no litoral de Sergipe (Brasil). *Revista de Geografia (UFPE)*, 35(3), 197–218. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229404/30004>
- Scott, D., Hall, M., & Stefan, G. (2012). *Tourism and climate change: Impacts, adaptation and mitigation*. Routledge.
- Scott, D., Rutty, M., Amelung, B., & Tang, M. (2016). An inter-comparison of the holiday climate index (HCI) and the tourism climate index (TCI) in Europe. *Atmosphere*, 7(80), 1–17. <https://doi.org/10.3390/atmos7060080>
- Sette, D. M., & Ribeiro, H. (2011). Interações entre o clima, o tempo e a saúde humana. *InterfaceHS: Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 6(2), 37–51. https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/08/3_ARTIGO_vol6n2.pdf
- Silva, A. D. G., Santos, A. L. B., Santos, J. M., & Lucena, R. L. (2022). Balanço hídrico climatológico e classificação climática do estado do Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de Climatologia*, 30, 798–816. <https://doi.org/10.55761/abclima.v30i18.15240>
- Silva, R. S. A. da. (2021, dezembro 15). *Levantamento de informações sobre o turismo de segunda residência no município de Lagoa Nova/RN* [Entrevista concedida a Francisco Ronnieplex de Moura Cruz].
- Singh, T. V. (1977). Climatology of recreation: An appraisal of climate as resource-input in Indian tourism. *Tourism Recreation Research*, 2(1), 1–12. <https://doi.org/10.1080/02508281.1977.11014935>
- Taveira, M. S. (2023). *Inventário turístico: Lagoa Nova/RN – Edição 2022 – 2023*. UFRN/FELCS.
- Taveira, M. S. (2018). Fenómeno de segunda residencia y actividad turística en Brasil: La realidad del Seridó Potiguar. In T. M. M. Martínez (Coord.), *Turismo residencial: Nuevos estilos de vida: De turistas a residentes* (pp. 275–286). Publicacions de la Universitat d'Alacant.
- Taveira, M. S. (2016). *Inventário Turístico: Lagoa Nova/RN – Edição 2016*. EDUFRN. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23416>
- Tulik, O. (1995). Residências secundárias: As fontes estatísticas e a questão conceitual. *Revista Turismo em Análise*, 6(2), 26–34. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v6i2p26-34>
- World Tourism Organization. (2023). *Climate action in tourism sector: An overview of methodologies and tools to measure greenhouse gas emissions*. UNWTO. <https://doi.org/10.18111/9789284423927>

- World Tourism Organization, & United Nations Environment Programme. (2008). *Climate change and tourism: Responding to global challenges*. UNWTO. <https://doi.org/10.18111/9789284412341>
- Valença, M. R. A. (2015). A apropriação mercadológica da natureza na produção do espaço pelo turismo de segunda residência em Gravatá. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 4(1), 129–149. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistamseu/article/view/229873>
- Velasco, S. M., Garcia, M. O., & Barquín, R. C. S. (2014). Cambio climático y turismo: Una aproximación a su estado de conocimiento. *Turismo em Análise*, 25, 527–551. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v25i3p527-551>
- Yang, G., & Jia, L. (2022). Estimation of carbon emissions from tourism transport and analysis of its influencing factor in Dunhuang. *Sustainability*, 14(21). <https://doi.org/10.3390/su142114323>